

LIDANDO COM A DIVERSIDADE EM ESCOLAS CONFESSIONAIS CRISTÃS

Débora Bueno Muniz Oliveira¹

“Ambientes humanos de convivência e de aprendizagem são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor”.
(Maria Teresa Eglér Mantoan)

INTRODUÇÃO

Lidar com a diversidade será, cada dia mais, um desafio para as instituições de ensino confessional. A problemática está posta, as orientações, quanto ao que fazer, estão dadas, porém como viabilizar e concretizar ações efetivas dentro da escola é o “x” da questão.

Quando lemos na Lei que o respeito à diversidade é um imperativo e que são vedadas quaisquer formas de proselitismo, não temos a verdadeira dimensão do que nos espera.

Para onde vamos? E como?

A escola básica tem a responsabilidade de formar crianças e jovens, preparando-os para a complexidade e para a solidariedade como fundamento da democracia, entendendo que a solidariedade, a tolerância o respeito são componentes da cidadania e que aquele que não se sente tocado pelo que acontece com os outros, não tem motivos para desenvolver saberes e competências cívicas.²

¹ Professora, com licenciatura em Letras Vernáculas, pela Universidade Estadual de Londrina e Pedagogia, pela Unimar. Pós-graduada em Gestão da Educação Básica. Lecionou em todos os segmentos da Educação Básica e foi Coordenadora, Diretora e Assessora Pedagógica. Atualmente, ocupa, no Mackenzie, a função de Diretora dos Sistemas de Ensino Mackenzie (SME e SEEM) e do AEJA.

² PERRENOUD, Philippe. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, dispõe no seu artigo 205³, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No artigo 206, a Constituição Federal, dispõe que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, dentre outros:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Complementando o disposto na Constituição Federal, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996⁴, ao regulamentar o dispositivo constitucional acima citado, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo, no seu artigo 3º, que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, dentre outros:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Por fim, a Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação⁵, que instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”, dispõe que as escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Fica claro, portanto, que a função social da escola definida na Constituição Federal (1988), expressa o direito de todos à educação e que esse direito visa ao

³ BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

⁴ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁵ Resolução CEB nº 02, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

“pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, deve ser entendida como sendo o espaço que proporcionará a todos o acesso ao conhecimento e a possibilidade de desenvolvimento das capacidades cognitivas, tendo, para isso, o olhar diferenciado às necessidades e peculiaridades de cada aluno.

Para isso, a escola não pode estar alheia à realidade social, cultural e tecnológica; pelo contrário, é preciso saber aproveitar todas as possibilidades e recursos, integrando-os à sua prática pedagógica, explorando o potencial educativo que se apresenta disponível.

Por sua vez, os currículos escolares devem ser pensados e estruturados de maneira a atender as necessidades, sendo para tanto flexíveis e dinâmicos.

Porém convém lembrar que as mudanças e flexibilizações exigem novas posturas do professor, cuja formação ainda se orienta segundo o norte da prática e da reflexão vigentes. Enfim, a escola precisa acolher a diversidade dos alunos, reconhecer e valorizar as diferentes capacidades mudando suas práticas usuais para que o aluno encontre nela um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o melhor aprendizado possível.

Não podemos ignorar, nem tampouco esquecer que os alunos têm interesses próprios, ritmos diferentes e necessidades educacionais individuais; necessitando, por isso, de atenção individualizada e trabalho pedagógico, muitas vezes, especializado.

Deste modo, atender a diversidade dos alunos é evitar que as diferenças se convertam em desigualdades, atentando para o fato de que não se pode aceitar que o tratamento igual signifique não respeitar a individualidade de cada aluno em seu processo de aprendizagem.

1. LIDAR COM A DIVERSIDADE E EDUCAR PARA ELA

Lidar com a diversidade e educar para ela, supõe entender e acreditar que todas as pessoas podem aprender e se desenvolver. Dessa forma, fica mais fácil ver e tratar a diversidade não como um problema, mas como uma oportunidade para o crescimento de todos e a busca de objetivos maiores.

Dentro dessa perspectiva e diante desse grande desafio, uma escola confessional deve ter como parâmetro de suas ações e proposta, não apenas o que estabelece a lei; mas precisa ir além, observando o que diz a Palavra de Deus. E são claras as orientações bíblicas, nesse sentido:

Amarás o teu próximo como a ti mesmo (Lc 10.27b)

(...); pois aquele que não ama a seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (I Jo 4.20b)

Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus” (Mt 5.20).

Uma escola confessional cristã deve entender que a formação integral do aluno cidadão abrange sua realidade pessoal e social, mediante a utilização de conhecimentos espirituais, éticos e científicos para transformar a realidade, com vistas à glória de Deus e à prática do bem; não se limita à mera especialização profissionalizante e abrange a educação moral, cujos valores devem permear o comportamento dos educadores e os conteúdos acadêmicos, visando ao desenvolvimento de tais virtudes na vida dos alunos.

Uma escola confessional cristã deve ter a preocupação tanto com “o quê” ensinar, quanto com “o como ensinar”, pois entende que o professor é vocacionado para o ensino e obedece a um chamado para ensinar a verdade, em qualquer campo do conhecimento e que o aluno é formado, informado e transformado pelo exercício das capacidades que lhe foram dadas por Deus; por isso o processo de ensino-aprendizagem deve ser feito de maneira criativa, expressiva, racional, pesquisadora e descobridora, em interação entre professor, aluno e objeto do conhecimento.

Um importante compromisso das escolas confessionais cristãs, portanto, é ensinar os alunos a cumprirem as responsabilidades decorrentes de seu relacionamento com Deus, consigo mesmo e com o próximo, o que implica formar no aluno a consciência de incumbência, a consciência de autenticidade, a consciência de responsabilidade e a consciência de memória e de imaginação.⁶

⁶ STRONKS, Glória Goris. *A Essência do Aprendiz. In Fundamentos da Psicologia da Educação* - ACSJ. São Paulo: Imprensa da Fé, 2004, p.18-19.

Lidar com a diversidade é, cada vez mais, tarefa das mais complexas, pois “distintos indivíduos constituem-se como diferentes espectros, a serviço de diferentes projetos de vida, e em múltiplos sentidos tais espectros são incomparáveis...” (Machado, 1997).

A escola cristã deve buscar: (a) no âmbito cognitivo: promover a excelência acadêmica; (b) no âmbito ético-valorativo: contribuir para a formação de um aluno-cidadão; (c) no âmbito pessoal: contribuir para o desenvolvimento do potencial do aluno; (d) no âmbito social: estimular a cidadania consciente e uma sociedade justa e solidária; (e) no âmbito espiritual: propiciar o desenvolvimento de uma visão de mundo informada e transformada pelas verdades bíblicas.

A escola confessional cristã precisa, para tanto, ter uma dinâmica de ensino que favoreça a visão integrada do conhecimento em seus diferentes conteúdos; o encantamento de aprender a aprender; o descobrimento das potencialidades do trabalho individual; o enriquecimento proporcionado pelo trabalho em grupo; o estímulo à segurança em relação às capacidades pessoais; o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade e a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

Ser uma escola confessional cristã não pressupõe forçar convicções religiosas em alunos, professores e funcionários, mas preservar a liberdade religiosa e o respeito quanto às crenças individuais e saber fazer a diferença entre academia e igreja.

Em termos práticos, tanto o corpo docente, quanto o discente devem se conduzir por valores tais como amor, justiça, honestidade, integridade e fraternidade.

Uma parte importante nas escolas cristãs, portanto, é ensinar os alunos a cumprirem as responsabilidades decorrentes de seu relacionamento com Deus, consigo mesmo e com o próximo, o que implica formar no aluno a consciência de incumbência, a consciência de autenticidade, a consciência de responsabilidade e a consciência de memória e de imaginação.⁷

A escola confessional cristã, portanto, tem o desafio de formar homens e mulheres preparados para se destacarem no universo cultural de modo que, um dia, possam ser utilizados como exemplos

⁷ STRONKS, Glória Goris. *A Essência do Aprendiz*. In Fundamentos da Psicologia da Educação - ACSL. São Paulo: Imprensa da Fé, 2004, p.18-19.

do bom uso dos seus dons para a glória daquele que os capacitou.⁸

A formação da identidade social do aluno tem como pressuposto a formação de sua identificação individual com seu Criador, de maneira que esse mesmo aluno reconheça sua origem e dependência em relação a Deus.

Para que isso aconteça, é desejável que, além dos conteúdos-padrão, a escola favoreça a aptidão natural, do espírito humano, de contextualizar e globalizar, isto é, de relacionar cada informação e cada conhecimento a seu contexto e conjunto. Diante disso, a organização do currículo deve trabalhar com os conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade, entendendo que a multidisciplinaridade permitirá a percepção das unidades e descontinuidades entre as disciplinas; a interdisciplinaridade, a consciência das relações de continuidade e descontinuidade entre as disciplinas e a transdisciplinaridade a ruptura das barreiras dos objetos das ciências.

2. A POSTURA DAS ESCOLAS CONFSSIONAIS CRISTÃS EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

6

Corroborando com essa visão e dando um espaço privilegiado às escolas confessionais, temos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, a recomendação para que se trabalhem os temas transversais: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, temas, que por sua própria natureza de transversalidade, não integram o currículo como disciplinas, mas fazem parte, sob o enfoque da problemática pertinente a cada um, das áreas de estudo e do trabalho educativo. Permitindo que a visão cristã de mundo seja explicitada e discutida.

Se nos detivermos à reflexão sobre o trabalho com “Ética”, constataremos que o tema envolve todas as questões pertinentes à conduta humana, presentes em todos os relacionamentos: escola, família e trabalho, bem como nos conteúdos das áreas e nos temas transversais. Na escola o aluno deve vivenciar questões éticas e refletir a respeito de sua conduta e a de outros.

⁸ PORTELA, Solano. Texto não publicado. Adaptado.

Sobre essa questão, que tem se mostrado tão polêmica nos nossos dias, muito tem sido falado, por diferentes pessoas, que alertam para o fato de muitos, em nome de um trabalho voltado para a “formação integral” do aluno, negligenciam na formação acadêmica, que é a essência do trabalho da escola.

Gustavo Ioschpe, em artigo publicado na Revista Veja de 30/06/10⁹, diz:

(...) não acredito que os professores brasileiros estejam preparados para travar a discussão profunda e multifacetada que o tema da ética exige. O mais certo é que a questão desande para o discurso panfletário, rasteiro, frequentemente ideologizado. Não imagino que o utilitarismo, o hedonismo ou o epicurismo sejam ensinados em pé de igualdade com correntes filosóficas que pregam as vertentes mais clássicas da moralidade judaico-cristã. E, sem esse contraponto, não se está ensinando ética, mas sim fazendo doutrinação.(...) Acredito, sim, que a ética tem papel vital na escola, mas não no discurso, e sim na ação. Cabe à escola criar um ambiente de total liberdade intelectual, mas sem esquecer de aplicar no seu dia a dia os princípios éticos que norteiam a vida em sociedade. Com coisas simples e em todas as matérias: as aulas devem começar no horário, os professores não devem faltar, os alunos violentos devem ser punidos, as regras da escola devem ser aplicadas a todos. (...) ao mesmo tempo em que são incompetentes e doutrinárias no ensino da ética, nossas escolas são antiéticas em sua prática.”

A postura do professor da escola confessional cristã deve, portanto, refletir o padrão bíblico de autoridade, sem confundi-la com autoritarismo, dessa forma espera-se que em sala de aula o professor permita e instigue o diálogo; organize e estabeleça atividades que considerem a multi, a inter e a transdisciplinaridade; suscite desafios e instigue a elaboração de hipóteses.

Pois somente assim, poder-se-á esperar que o aluno compreenda a formação da ciência, ideias e conceitos; entenda a estruturação da sociedade; perceba a realidade mediante a investigação; desenvolva o senso crítico, a responsabilidade pessoal e social e busque crescimento intelectual no estudo e na pesquisa.

Quando pensamos em outro dos temas transversais, o da Pluralidade Cultural, nos deparamos com questões referentes ao conhecimento e valorização dos diferentes grupos que formam a sociedade em que vivemos, respeito a diferentes etnias e culturas, reconhecimento da diversidade como direito dos povos, e convívio com as diferenças em contraposição à discriminação e ao preconceito.

⁹ IOSCHPE, Gustavo. *Escola é lugar de ciência. Ética se aprende em casa.* Artigo publicado na Revista Veja em 30/06/2010.

O desafio do olhar para a diversidade passa então, por uma ressignificação nos processos de formação inicial de professores, a fim de contemplar os conhecimentos sobre as necessidades educacionais dos alunos, pela formação continuada de professores, pela organização dos espaços escolares e pela informação e participação da família em todo processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Os princípios norteadores dos trabalhos com este tema devem ser, nas escolas confessionais cristãs, os princípios bíblicos pertinentes ao exercício do amor ao próximo, manifesto sob a forma de conhecimento, entendimento e respeito a tais diversidades éticas e culturais, e à não-discriminação e não-acepção de pessoas por sua origem e condição; considerando que Deus criou o homem como ser gregário, com capacidade e iniciativa racional e cognitiva, que resulta nos grupamentos sociais e nos perfis culturais próprios de cada povo e região.

Comparada à educação secular, podemos dizer que¹⁰:

uma educação explicitamente confessional possui vantagens epistemológicas que nos deixam livres para a tarefa de bem pensar:

1. Permite que sejamos claros e explícitos nas reflexões epistemológicas; não há necessidade de fazer manobras mentais para justificar o conhecimento.
2. Permite que reconheçamos honestamente os pressupostos, facilitando o debate franco e respeitoso.
3. Permite que examinemos claramente os pressupostos e os submetamos à crítica.
4. Encoraja-nos à reflexão sistêmica, evitando a fragmentação da visão do ser humano.
5. Exige e promove honestidade intelectual (“...e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, Jo 8.32).

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes são os desafios das escolas, principalmente das confessionais cristãs e de seus educadores, uma vez que não basta apenas cumprir o que recomenda a lei, mas ter um projeto e uma prática que efetivamente deixe de ter uma visão curricular focalizada em seus pormenores para mover-se a uma posição que integra claramente os detalhes do conhecimento em uma perspectiva bíblica; que tenha seu currículo trabalhado como um todo unificado, e não em tópicos fragmentados, mas, acima de tudo, que o ensino de qualquer tópico não seja uma

¹⁰ GOMES, Davi Charles. Como sabemos? O professor e as teorias do conhecimento. São Paulo: *Fides Reformata*, vol 13, nº2, 2008.

modificação da abordagem usada nas escolas não-cristãs, seja, na verdade, uma nova diretriz radical daquele tópico dentro da estrutura filosófica do cristianismo.

“Para onde vamos”? Talvez essa não seja a grande questão, mas sim, o “como vamos” deve ser nosso grande desafio, pois a ideia da tolerância e do respeito deve nos incomodar - às escolas confessionais cristãs - de modo a nos fazer buscar formas efetivas de viver o evangelho, amando o próximo como a nós mesmos e fazendo aos outros, o que gostaríamos que fizessem a nós. Pois, sem dúvida, o respeito, o amor e a solidariedade se instauram a partir do reconhecimento do outro, dos seus direitos e dos nossos deveres.

REFERÊNCIAS

BYL, John. *Deus e Cosmos: Uma visão cristã do tempo, do espaço e do universo*. Tradução Adelelmo Fernandes Fialho. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2003.

EDLIN, Richard J. *Fundamentos Bíblicos e Filosóficos da Educação - Princípios e Valores Essenciais da Filosofia Cristã de Educação*. ACSI. Purposeful Design. São Paulo, 2004.

_____ - *Fides ET Scientia: Indo Além da discussão de “Fatos”*. Fides Reformata 2/2. São Paulo. Editora Mackenzie. 1997.

_____ - *Fides Reformata: Edição especial – Educação*. S

KNIGHT, George R. *Filosofia e Educação: Uma introdução da perspectiva cristã*. Tradução Amilcar Gröschel Jr. Engenheiro Coelho: São Paulo, Imprensa Universitária Adventista, 2001.

LOPES, Augustus N. *O que é uma Escola Cristã*.

MACHADO, Nilson José. *Ensaio Transversais: cidadania e educação*. – São Paulo: Escrituras Editora, 1997

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: o que é? por que? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MEISTER, Mauro F. *Cosmovisão: Do Conceito à Prática na Escola Cristã*. Fides Reformata XIII, nº 2 – 175-190. São Paulo. Editora Mackenzie. 2008.

PEARCEY, Nancy. *Verdade Absoluta: Libertando o Cristianismo de seu Cativo Cultural*. Tradução Luis Aron. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

RINALDI, Roberto Jr. – *Educação na Perspectiva Cristã: Uma reflexão sobre essa abordagem e seu impacto na família, igreja, escola e nação*. AECEP. Belo Horizonte. 2006